

# RUPPTURA

[www.rupturafer.org](http://www.rupturafer.org)

## todos na luta,



# governo à RASCA!



### Dia Internacional da mulher

Foi criado há 101 anos para assinalar a necessidade de as mulheres trabalhadoras lutarem contra a exploração capitalista. Hoje o 8 de Março mantém-se actual: as mulheres são as mais afectadas pelo desemprego e pela miséria causados pela crise do capitalismo. **PÁGS.6,7 e 8**



### Revolução Árabe

As revoluções nos países árabes contagiam o mundo. No Egipto, as mobilizações não pararam com a queda de Mubarak, e na Líbia é a vez de Khadafi sentir a revolta do povo contra uma ditadura de várias décadas de opressão, fome e miséria. **PÁG.12**

### Festa de Ruptura

No dia 26 de Março vamos realizar a 3ª Festa de Ruptura para comemorar mais um ano de lutas, com destaque para as revoluções nos países árabes. A partir das 16 horas na Voz do Operário, em Lisboa. Não faltes!

## Todos na luta, governo à rasca

A situação agrava-se para os mais de 700.000 desempregados que não encontram emprego e cujos subsídios acabam; para mais de um milhão e meio de contratados precários que têm no horizonte o desemprego ou uma diminuição nos seus já baixos salários que rondam os 500 €. Para as centenas de milhares de trabalhadores da administração pública que tiveram cortes salariais nos primeiros meses deste ano de 2011 e para as 300.000 famílias que perderam os apoios sociais (abono de família, rendimento mínimo, subsídios escolares) degradam-se as condições de vida.

A realidade que vivemos é consequência da política aplicada pelo governo PS, e a população trabalhadora começa a estar farta desta sina de anos e anos a serem os de baixo a pagar as “crises”, enquanto os poderosos continuam a encher-se de dinheiro e a alimentar uma corja de corruptos e oportunistas instalados nos governos, autarquias e empresas estatais, onde o bloco central do PS e PSD têm sido dominantes.

E a política do governo Sócrates continua na mesma linha de obediência aos donos do dinheiro, nacionais e estrangeiros, a manter a ofensiva contra os direitos laborais, o emprego e o salário. É este ataque que é representado no actual “Pacto Tripartido” que já foi apoiado pelos patrões da CIP e pela marionete que dirige a UGT. Trata-se de mais um ataque ao emprego, à contratação colectiva e um facilitar para os despedimentos que tem de ser combatido.

A manifestação da CGTP convocada para dia 19 de Março pode ser um retomar de uma luta geral que leve à derrota das pretensões do governo, dos patrões e das políticas da senhora Merkel que comanda o governo de Bruxelas. É nesse sentido que os sindicalistas combativos devem propor nos Sindicatos e Comissões de Trabalhadores que exista um plano de continuidade e maior intensificar da luta, bem como a sua unificação com outros sectores sociais em mobilização.

Ainda por cá, tornou-se evidente que no actual quadro parlamentar não existe uma real vontade de derrubar o governo PS. A moção e censura apresentada pelo BE não estava colocada para derrubar o governo, e a direita PSD continua a apoiar as medidas antipopulares que o governo aplica, pois hoje convém-lhe que seja o PS a fazer o “trabalho sujo”.

Para mudar a política, para que do derrube do governo resulte uma mudança positiva para os trabalhadores e para a juventude, terá de ser a luta popular a consegui-lo. Colhendo os efeitos dos ventos de revolta que chegam dos países árabes, começa a existir um novo ânimo para a contestação popular, é esse o caminho que deve ser incentivado para que na rua se realize uma verdadeira moção de censura a este governo e às suas políticas de austeridade que também são as aplaudidas pela direita.

A convocatória da manifestação da “geração à rasca” pode marcar o início de uma nova e mais efectiva contestação à precariedade e à actual exploração que vitima a juventude que procura trabalho. É uma oportunidade para a juventude com trabalho precário, nos call-centres e nos serviços, no comércio ou na

s fábricas, organizar-se para lutar pelos seus direitos. O êxito desta primeira manifestação, e a sua continuidade com novas manifestações mais alargadas, pode permitir um avanço significativo na organização para a luta de um grande sector juvenil que até agora tem estado manietado pela chantagem patronal e pelo alheamento da maioria do movimento sindical.

Unir todos os sectores em luta numa grande onda de contestação a Sócrates e à política de austeridade e desemprego é o desafio que os activistas da esquerda têm de ganhar, e assim contribuir para acabar com a divisão e sectarismo que tem existido entre as esquerdas que se opõem a este governo.

## BANCÁRIOS ■

### Lista de oposição bancária rejeita pacto com governo

48.000 sócios estão chamados a votar numa nova direcção para o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), em eleições em que a lista de oposição condena os PECs do governo e defende a Banca pública.

Terá lugar nos dias 13 e 14 de Abril as eleições para o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), para as quais se candidatam duas listas: a da continuidade da direcção actual, apoiada pelo bloco central que governa o país, PS/PSD; e a da oposição, a Lista Alternativa, da qual faz parte o MUDAR (Movimento de Unidade, Democracia e Acção Reivindicativa) e outras sensibilidades sindicais e políticas.

A Lista Alternativa critica a actual direcção do Sindicato por não ter conseguido “unir os associados em torno de um projecto sindical que consolidasse os direitos há muito adquiridos” e apresentar “propostas de modernização e de progresso que garantissem uma vida melhor”. Segundo esta lista, os bancários do Sul e Ilhas “sentem-se desamparados, não conhecem os seus dirigentes, perderam o hábito de se reunirem e de elegerem os seus delegados sindicais”. Tudo, diz ainda, “por inércia da actual direcção, que não desenvolveu em todo o mandato uma política de acção sindical, criando a descrença e a perda de hábitos reivindicativos reconhecidos aos trabalhadores bancários”.

Os factos recentes que impulsionaram a apresentação da Lista Alternativa foram a tentativa, por parte da actual direcção do sindicato, de entregar os SAMS (Serviços de Assistência Médico Social do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas) aos HPP Hospitais Privados de Portugal e a integração dos bancários na Segurança Social, sem sem que estivessem garantidos direitos essenciais.

Os participantes da Lista Alternativa explicam: “Somos sindicalistas de vários partidos, sindicalistas independentes sem filiação partidária, mas não aceitamos que os partidos ou as tendências político-sindicais nos apontem caminhos contrários à garantia do emprego, a mais e melhores SAMS e à defesa de um Sindicato forte e reconhecido”.



#### Programa

A Lista Alternativa propõe a elaboração de um novo Acordo Colectivo de Trabalho, amplamente debatido com os bancários, que combata o trabalho precário e limite os contratos a prazo a um ano, depois do qual tornar-se-ão efectivos. Um novo ACT que combata o trabalho temporário ilegal, “promovendo a sindicalização e combatendo a exploração dos trabalhadores abrangidos por estes regimes contratuais”.

A Lista Alternativa defende o efectivo cumprimento do horário de trabalho das 35 horas semanais e o pagamento do trabalho extraordinário; a tabela única para todos os bancários, no activo e reformados; e a Banca Pública, combatendo os cortes salariais decididos pelo governo PS/Sócrates.

#### Estatutos

Uma das prioridades da Lista Alternativa caso seja eleita será alterar os Estatutos do sindicato de forma a devolver o poder aos sócios e a independência ao SBSI, “libertando-o de compromissos orgânicos, dependências viciantes ou submissões a outras organizações, e que permita a constituição do sindicato único dos Bancários de Portugal”.

Um dos objectivos com a alteração dos Estatutos será reconstruir uma rede de delegados sindicais que sejam chamados a reuniões gerais de delegados com algumas competências deliberativas. “O SBSI”, explica a Lista

Alternativa, “precisa de democracia interna e do exercício do direito de tendência com expressão proporcional em diversos organismos e na imprensa sindical. O sindicato é de todos os sócios e não só da corrente que ganha uma eleição. Para termos um sindicato unido é preciso respeitar a diversidade de opiniões”. São propostas, ainda, medidas para garantir a paridade do género na representação sindical.

#### Oposição aos PECs

A Lista Alternativa defende que o SBSI “tem de ter uma direcção independente dos interesses dos banqueiros e dos governos, uma direcção que não seja correia de transmissão de interesses partidários” e que se oponha a todas as medidas que ataquem os salários e as condições de vida, a todas as medidas legislativas que ameacem as conquistas laborais já alcançadas, a estabilidade contratual, a segurança do emprego e a garantia das reformas e pensões.

Está no programa da Lista Alternativa também “uma clara oposição às medidas dos PEC que prejudicam os direitos e o salário dos trabalhadores, bem como todas as medidas recentemente anunciadas pelo governo no sentido de facilitar os despedimentos, reduzir as indemnizações e facilitar a suspensão temporária dos contratos”. “Dizemos não ao pacto que o governo propôs na Concertação Social”, sublinham.

**Cristina Portella**

## RUPTURA ■

Órgão oficial do Ruptura/FER  
www.rupturafer.org  
Secção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores  
LIT (IV Internacional) www.litci.org  
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.  
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Almada

Proprietário: Gil Garcia  
Director: João Pascoal  
Editora: Cristina Portella  
Projecto Gráfico: Nádia Martins  
Capa: Pedro Varela  
Contacto: jornal@rupturafer.org  
Nº ICS: 124814  
Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número:

A. P. Amaral, André Traça, C.K., Daniel Veloso, Diana Curado, Diogo Lourenço, Elisa Alves, J. A. Dias, Ivo Silva, Lina Pereira, Manuel Neves, Otávio Calegari, Otávio Raposo.



## Agressão policial não dá tréguas na Arrentela

Mais uma vez a história se repete. Dutchi, 17 anos, foi violentamente agredido por polícias à paisana após o jogo de futebol entre as equipas de juniores do Arrentelense e do Pinhalnovense.

Não houve confrontos entre essas equipas, além das habituais picardias que caracterizam as rivalidades de qualquer partida de futebol. Tampouco houve, da parte de Dutchi, um comportamento menos apropriado que pudesse justificar tal agressão.

Segundo dezenas de testemunhas que presenciaram o “ataque” da polícia, realizado em plena luz do dia, Dutchi estava a atravessar a rua quando polícias à paisana foram directamente ao seu encontro com pontapés e murros.

De acordo com Maria Celeste, que estava no local quando ocorreu a detenção, houve excesso de violência: “Eles [os polícias] desataram logo à porrada ao miúdo, à chapada, ao pontapé, com o cassetete, e mandaram o miúdo para o chão para o algemarem”, disse à Lusa.

Um jovem que assistiu a tudo a poucos metros de distância referiu que Dutchi fora agredido sem qualquer justificação, inclusive quando já estava imobilizado pela polícia:

“Conseguiram pô-lo no chão, começaram a dar-lhe socos na cabeça”, disse à Lusa Jorge Santos.

“Como ele não queria entrar no carro, começaram a apertar-lhe o pescoço, estavam a prender-lhe a cabeça contra a porta, depois lá conseguiram pô-lo dentro do carro, mas um (polícia) que estava atrás continuava a bater-lhe”, acrescentou.

### A reacção dos jovens

Seria apenas mais um caso rotineiro de abuso policial de que ninguém teria notícia se alguns jovens do bairro não tivessem expresso a sua revolta: incendiaram um carro e um autocarro nos dias seguintes à agressão. Quiseram chamar a atenção da sociedade para o dia-a-dia de violência de que são alvo na Arrentela. Como dis-

se uma testemunha ao Jornal Público, a agressão sofrida por Dutchi foi a gota de água “de todo um acumular de situações de abuso”.

Dutchi esteve cerca de três horas detido pela PSP, indo directamente da esquadra para o internamento num hospital, devido a um maxilar partido. A PSP nega ter havido qualquer agressão apesar das dezenas de testemunhas dizerem o contrário. Os familiares do jovem (de origem guineense) já apresentaram queixa formal contra a PSP.

### A reacção do governo

Dias após a agressão sofrida por Dutchi, a Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, Rosário Farmhouse, foi à Associação Khapaz para prestar “solidariedade” aos jovens da Arrentela. Dezenas de jovens manifestaram a sua indignação perante as acções truculentas da polícia, pedindo garantias de que isso deixasse de ocorrer. Visivelmente revoltados, narravam os inúmeros casos de violência que já sofreram, pedindo providências para que os polícias fossem responsabilizados pelas suas arbitrariedades.

Um dos jovens perguntava, em tom indignado: “Se a polícia é que devia proteger-nos quem nos protege?” Outro jovem questionou igualmente a Alta Comissária: “Como apresentar queixa à polícia se esta é a responsável pelas agressões?”

Perguntas que a Alta Comissária não soube responder. Apenas limitou-se a dar o telefone do advogado que a acompanhava para, supostamente, apoiar juridicamente a família de Dutchi e pedir aos jovens para não reagirem com violência às agressões da polícia.

À saída da sessão de esclarecimento, Rosário Farmhouse deparou-se

com um cenário com o qual, certamente, não está familiarizada, mas que para os jovens é mais do que habitual. Dezenas de polícias, de cara tapada a segurar shotguns, fechavam os dois acessos da via principal do bairro com carrinha de intervenção, motos e outros veículos. Exigiam, de forma pouco amigável, que os jovens dispersassem dos tradicionais pontos de convívio, colocando-se a poucos metros deles, com olhar ameaçador e armas de grosso calibre em punho. Felizmente os jovens não caíram na provocação da polícia e dispersaram-se pelo bairro.

### Só a luta poderá travar a violência

A violência sofrida por Dutchi é apenas um caso entre muitos outros “invisibilizados” pelos media e por uma política de (in)segurança pública que serve de instrumento de segregação. Os assassinatos de MC Snake, Kuku, Corvo, PTB, Angoi, entre muitos outros, revelam a impunidade policial e o forte racismo dessa estrutura.

São os jovens dos bairros pobres, grande parte deles negros (quando se trata da área metropolitana de Lisboa), as principais vítimas da violência policial. Que continuará a ocorrer caso esses jovens não se organizem e “lutem” para que tais abusos não fiquem impunes.

Não podemos ficar à espera das promessas de Rosário Farmhouse ou ter esperança nas “boas intenções” do ACIDI, pois esta instituição é parte integrante da máquina opressora do estado e do governo Sócrates e representa os interesses dos banqueiros e capitalistas. O exemplo da juventude egípcia e tunisina é inspirador de um outro modelo de acção, cuja aposta na mobilização é a “chave” para alterar a correlação de forças entre opressores e oprimidos. **Otávio Raposo**

## BÚSSOLA ■

### No BPN há bancários

Do BPN todos conhecem o escândalo envolvendo figuras de proa do PSD, como Oliveira e Costa e Dias Loureiro, cuja administração fraudulenta do banco gerou, com a conivência do PS, um buraco sem fundo de milhares de milhões de euros cuja factura Sócrates apresentou ao povo português. Mas o BPN não é só isso. Nesse banco, agora nacionalizado, trabalham 1.740 pessoas, dos quais cerca de 1.500 são simples bancários. No dia 15 de Março, esses bancários irão escolher a sua Comissão Nacional de Trabalhadores. Nessas eleições participa a Lista C, do Mudar (Movimento de Unidade, Democracia e Acção Reivindicativa), que está contra a reprivatização pretendida pelo governo e a administração do BPN. Para garantir os postos de trabalho dos bancários do BPN, a Lista C defende que o BPN se mantenha público e integre o Grupo Caixa Geral de Depósitos com plenos direitos e um segmento de negócio que garanta o seu desenvolvimento.



### No coração do império

Os Estados Unidos de Barak Obama não estão imunes à luta social. No Estado do Wisconsin, os trabalhadores do sector público travam, desde Janeiro deste ano, uma luta contra o governo republicano de Scott Walker, que resolveu aumentar-lhes o valor dos descontos para o seguro de saúde e reforma em nome do combate ao défice público. Isso depois de ter subvencionado os capitalistas com 140 mil milhões de dólares em redução de impostos. Mas o ataque do governador do Wisconsin não parava aí: procurava também reduzir a capacidade reivindicativa dos trabalhadores, proibindo-lhes o direito de greve, e cortava no orçamento da educação e dos serviços públicos. Os primeiros a responder foram os estudantes da Universidade de Wisconsin, a 14 de Fevereiro, numa marcha na capital do estado, Madison, que reuniu 1000 jovens. A seguir, novas manifestações vão se somando até alcançarem 100 mil pessoas, reunindo não só os trabalhadores do sector público directamente afectados pelas medidas do governador como também bombeiros e polícias, poupados dos cortes para dividir a classe. A luta avançou para a ocupação do parlamento de Madison por manifestantes e conseguiu impedir a votação da lei do governador. Desde então as manifestações não param.

# É preciso dizer um basta ao governo e às suas políticas de direita

Unificar as lutas e apresentar uma alternativa de esquerda para acabar com o rotativismo PS-PSD.

A situação dos trabalhadores e das famílias pobres em Portugal está cada vez pior porque o governo Sócrates está a cumprir rigorosamente o receituário da Comissão Europeia para países com défice orçamental e dívida pública acima dos índices prescritos. Em apenas um ano, mais de 29 mil famílias deixaram de receber o Rendimento Social de Inserção, quase 500 mil portugueses perderam o abono de família, assim como foi reduzida drasticamente a concessão de subsídios de desemprego, apesar de o desemprego ter atingido o seu máximo histórico, 11,2%.

Aliado a isso, temos o crescimento da inflação, com o aumento do preço dos combustíveis e dos alimentos. O já anunciado, pelo Banco Central Europeu, aumento da taxa de juro de referência para a zona euro provocará um agravamento substancial da prestação mensal destinada ao pagamento dos empréstimos à habitação e agravará a recessão. A previsão de crescimento económico para Portugal em 2011 é de -1, abaixo da média da Zona Euro, estimada em modestos 1,6%.

Como os juros exigidos pelo mercado para comprar os títulos da dívida pública portuguesa continuam muito altos, acima dos 7%, e a possibilidade de o governo ver-se obrigado a recorrer ao Fundo Europeu de Estabilidade Financeira e ao FMI é bastante real, os ataques do governo aos trabalhadores também tendem a aumentar.

Um novo PEC que reduz os custos dos despedimentos e agiliza o *lay off* já está delineado e a ser discutido em sede de concertação social para ser apresentado pelo governo aos chefes da União Europeia, Angela Merkel e Nicola Sarkozy. A estas medidas o governo quer agora acrescentar cortes nos subsídios de férias e natal da Função Pública e, de acordo com os planos negociados com a Comissão Europeia, o aumento da idade da reforma para os 67 anos. Tudo para fechar este ano com um défice de 4,6%.

## A resposta

A grande adesão à greve no sector dos transportes; as mobilizações populares, como a de Évora, onde cerca de 900 habitantes de diversos concelhos alentejanos protestaram contra

o corte das credenciais para transporte de doentes; o protesto na Guarda contra as portagens; assim como a manif da “geração à rasca” a 12 de Março demonstram que há uma grande revolta da população e vontade de impedir que o governo continue a descarregar a crise nas suas costas.

Mas a resposta dos trabalhadores, para ser eficaz, não pode continuar a ser fragmentada e desprovida de um plano de lutas que aponte para a sua unificação e preparação de uma nova greve geral, ainda mais forte que a última de 24 de Novembro e com manifestação nacional.

Uma greve geral dirigida não só aos trabalhadores, mas também ao conjunto da população, nos bairros pobres das periferias das grandes cidades e das vilas do interior; dirigida aos pequenos agricultores e empresários sufocados pela recessão e uma política que só privilegia os grandes capitalistas; pelos estudantes e jovens sem trabalho e perspectivas para o futuro. Uma greve em que participe, também, a “geração à rasca”.

## Unidade da esquerda

No plano político, para derrotar o governo Sócrates e acabar com o rotativismo PS-PSD, é preciso criar uma plataforma de esquerda, com o Bloco de Esquerda e PCP, mas também aberta a outros sectores de esquerda afectos ou não ao PS, que se comprometa com um programa anticapitalista que retire o país da crise e da recessão em que se encontra.

Um programa no qual defendemos que deva constar, entre outros pontos, a suspensão do pagamento da dívida pública e externa, o cancelamento de todas as Parcerias Público Privadas (PPPs); a revogação dos PECs e dos cortes salariais aos funcionários públicos; a taxação da banca e das grandes fortunas, bem como o fim da fuga aos impostos por parte das grandes empresas; a nacionalização da banca e do sector energético (em especial da Galp); medidas para fortalecer o Serviço Nacional de Saúde e a educação pública; um plano de obras públicas para combater o desemprego; medidas para acabar com a precariedade no trabalho e estimular a economia.

**Cristina Portella**



## Os efeitos de Tahrir chegam a Portugal

A Manif da “geração à rasca” é a resposta de uma geração de jovens (e menos jovens) que não têm emprego, salário digno, ensino decente e não encontraram formas eficazes (até agora) de lutar contra tudo isso.

A manif da “geração à rasca”, no dia 12 de Março, é uma clara demonstração da situação política que vivemos em Portugal, em que o ascenso foi contido por responsabilidade das direcções sindicais e políticas da classe, mas não foi derrotado; e dá-se no contexto de uma já vitoriosa revolução árabe, com o derrube de ditadores na Tunísia e no Egipto, e de um ascenso europeu contra os planos de austeridade que não pára. Sob a influência da luta nos países árabes, onde a convocação de manif via Facebook e telemóveis teve um papel importante no desencadear do protesto, jovens portugueses chamaram também por esses meios a uma manifestação “pelo direito ao emprego, à educação, pela melhoria das condições de trabalho e o fim da precariedade, pelo reconhecimento das qualificações, competências e experiências, espelhado em salários e contratos dignos”.

Independente do número de pessoas que se concentrarão nas várias cidades, esta manif já se tornou um facto político. A grande simpatia que provoca evidencia a angústia da juventude diante da ausência de oportunidades profissionais (o beco sem saída em que se transformou a vida dos jovens, tanto

da classe média, com nível universitário, quanto da classe trabalhadora), mas também a falta de alternativa de organização para esta juventude protestar.

Isso porque os sindicatos, em geral, ignoram os precários, a maioria da juventude que trabalha. Por outro lado, há uma grande desconfiança por parte da juventude em relação aos partidos e sindicatos, um fenómeno contraditório, pois se evidencia um certo preconceito revela também a percepção de que a maioria dessas instituições sustenta um regime e um governo desgastados e responsáveis pela situação de desemprego e precariedade.

## Contra o governo

Esta manif é, seja isso explícito ou não, de facto contra o governo Sócrates e a patronal, responsáveis pela situação de desemprego, precariedade e ataques à educação. As razões do protesto são justas, e o método de protesto adoptado, o da mobilização de rua, o mais adequado. O seu repúdio aos controlos burocráticos é uma de suas características mais progressivas, e nesse aspecto assemelha-se bastante aos movimentos de professores que surgiram quando as estruturas sindicais (Fenprof, SPGL e outras) traíram a luta assinando o me-

morando de entendimento com o governo em 2008.

No entanto, para o movimento continuar e se fortalecer é preciso dotá-lo de alguma organização e um programa mínimo de reivindicações, o que de forma alguma significa burocratizá-lo. A nossa proposta é que saia dessa manifestação uma coordenação ampla com o objectivo de dar continuidade ao movimento, convocando uma nova mobilização nacional que tenha reivindicações concretas contra o desemprego, a precariedade e os ataques à educação.

Propostas como: efectivação de todos os trabalhadores temporários e em regime de recibos verdes que executem tarefas permanentes; estágios remunerados para todos; redução drástica dos valores das propinas nas universidades e retorno das bolsas de estudo significativas; revogação das novas regras para a concessão do subsídio de desemprego (que já causaram a perda do subsídio para cerca de 12 mil desempregados a partir de Agosto do ano passado); mais recursos para as universidades e para a educação; revogação das regras que cortaram os abonos de família e outros benefícios sociais; etc.

**C.P.**



## O PCP está ou não está com a manifestação da “Geração à Rasca”?

Jerónimo de Sousa, há poucos dias, declarou à imprensa que “ele” ia estar presente na manifestação da “geração à rasca”, no dia 12 de Março. Pois congratulamos com esta decisão. Mas a forma tardia com que comunicou publicamente a sua decisão e o facto de apresentá-la como uma espécie de decisão pessoal, levantam algumas suspeitas.

É que Jerónimo de Sousa é o secretário-geral do PCP e as suas decisões nunca são pessoais ou, pelo menos, estritamente pessoais, para mais num partido com centralismo... burocrático. Ou seja, o que Jerónimo quer comunicar ao país é que eles (quer dizer o PCP) simpatizam um pouco com a manifestação a tal ponto que pensa estar presente no acto. Será assim?

Na verdade parece-nos que não, mas o PCP não quer assumir o ónus de declarar totalmente que

está, de facto, contra a manifestação da geração à rasca, principalmente porque não foi uma iniciativa ... sua. E já sabemos, que quando existem acções de rua que não sejam “suas”, o PCP escolhe sempre o caminho de hostilizá-las, se não mesmo combatê-las. Basta recordar a manifestação de professores convocada há pouco anos pelo chamados movimentos independentes de professores.

Desta vez o PCP não gosta muito da ideia de uma manifestação de juventude com traços fortemente autónomos e espontâneos. Mas não quer pagar o preço de declarar que está contra. Bem pelo contrário, quer dar a entender que está a favor, de tal modo que o seu secretário-geral declarou mesmo que estará presente. Reparem, ele não diz que o PCP considera muito oportuna a convocação desta manifestação, independentemente de quem a convoca, dado que o protesto por si

só se justifica.

Está é a geração que mais tem sido castigada pela crise do capitalismo actual, vejam o desemprego que até já atinge licenciados, vejam os recibos verdes que não permitem nenhum futuro para nenhum jovem. Mas não, o secretário-geral do PCP (o PCP ainda utiliza estes termos para os seus dirigentes, note-se!) não diz que o PCP apoia entusiasticamente a manifestação e que se empenha em mobilizar toda a juventude para se dirigir para o Marquês de Pombal, neste dia 12 de Março.

Perguntam os nossos leitores: porquê tanta desconfiança sobre os propósitos do PCP? Afinal, Jerónimo não disse que ia à manifestação, isso não será suficiente? Não nos parece. E porquê? Porque um outro membro do CC (comité central) do PCP, o não menos importante Mário Nogueira, dirigente da Fenprof e o sempre candidato

do PCP ao cargo de secretário-geral da CGTP (para o lugar de Carvalho da Silva, muito conotado com os “renovadores”) decidiu convocar para o mesmo dia e à mesma hora uma concentração de professores para o Campo Pequeno, desviando-os claramente da manifestação que à mesma hora ocorrerá no Marquês e na Avenida da Liberdade. Será pura coincidência? Mais: o Comício do Porto do PCP também está marcado para o mesmo dia e hora.

Não nos parece de novo. No PCP não há coincidências e muito menos Nogueira fazia algo sem articular com Jerónimo, o que nos leva a concluir que o PCP quer “jogar” em dois carrinhos, como se costuma dizer. Por um lado, impede que a manifestação seja muito grande dado que desvia uns (potenciais) milhares de manifestantes, nomeadamente jovens professores também ameaçados

de desemprego, do destino natural da sua raiva actual que seria estar com os outros milhares de manifestantes que vão estar no Marquês de Pombal.

Por outro, aparece também a favor da manifestação da geração à rasca, pois o seu secretário-geral disse que ia estar presente. Não que não existam razões para os professores realizarem de novo grandes plenários no Campo Pequeno ou em outro lugar, de preferência com a direcção da Fenprof a permitir a palavra (já agora) a quem deles discorda (da assinatura do malfadado memorando de entendimento, por exemplo), coisa que nunca acontece. Mas pergunta-se: a Fenprof não encontraria outra data que não o dia 12 para realizar este grande plenário? Porquê então no dia da manifestação da geração à rasca? Pois, como diriam os Deolinda, nós é que não somos parvos.

**Gil Garcia**



## Alemanha, o FMI da Europa?

Instalada a crise da dívida soberana, o imperialismo alemão marca pontos na União Europeia (UE) ao pretender impor a chamada “governança económica” aos restantes países europeus, dando assim um sinal aos mercados de estabilização e defesa do euro...

A dita governança económica é uma solução de ajuda ao capital no quadro da UE, e propõe o reforço e flexibilização do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), desde que os países da Zona Euro abduquem de partes da sua soberania em matéria

salarial, fiscal e social.

De facto, o que está em discussão nas cimeiras de chefes do Estado de Março (da Zona Euro a 11 de Março e de toda a UE a 23 e 24) é a proposta de Angela Merkel de aumento da capacidade financeira

do FEEF, possibilitando que os estados em dificuldades (com Portugal na primeira fila) recorram à ajuda deste fundo beneficiando de taxas de juro mais baixas do que as do mercado – mas a troco de que os governos aceitem

implementar um conjunto de medidas que a própria Alemanha já adoptou.

### Medidas do plano

Elas seriam, entre outras:

◀ Consagração constitucional da regra do travão à dívida pública (que vigora na Constituição alemã desde 2009, com a proibição dum défice público superior a 0,35% do PIB);

◀ Harmonização da idade da reforma (que na Alemanha já é de 67 anos);

◀ Fim da indexação dos salários à taxa de inflação (que não existe em Portugal mas vigora noutros países), o que causaria uma maior diminuição dos salários reais dos trabalhadores europeus;

◀ Harmonização dos impostos (por exemplo fazendo alinhar o IRC, o imposto sobre os lucros das empresas e bancos, pelo país com valor mais baixo).

Em suma, é um plano de salvação de bancos e patrões a vigorar em todo o espaço europeu sob a batuta do imperialismo alemão, que inclusive torna desnecessária a intervenção do FMI.

Na verdade a Alemanha substituiu-se ao FMI, é o novo FMI da Europa! Ela

tem condições políticas para impor mudanças legislativas internas – inclusive constitucionais – que nem o FMI se atreveria alguma vez a exigir a cada país.

### Sócrates obedece a Merkel...

Para Sócrates a proposta alemã é um balão de oxigénio, pois se o FMI interviesse em Portugal o governo seria acusado de falência dos seus PECs e ficaria em maus lençóis.

Em contrapartida, aceita com entusiasmo as ordens de Merkel, que exigiu imperialmente: “É preciso que todos os países façam o trabalho de casa”.

O TPC de Sócrates aí está: anúncio de novos planos de austeridade “se for necessário”, e tentativa de envolver a CGTP e a UGT num pacto de concertação social com os patrões...

É por isso que para os trabalhadores só há uma saída de “governança”: nem com Sócrates nem com Merkel!

Abaixo o euro e a governança económica da UE!

Por governos unitários de esquerda em Portugal e na Europa e medidas anticapitalistas de resposta à crise!

**J. A. Dias e A. P. Amaral**

# Viva a luta de todas as trabalhadoras do mundo!



## Dia Internacional da Mulher! Viva a Revolução Árabe!

Saudamos as lutas das mulheres trabalhadoras de todo o mundo, em especial as protagonistas da revolução árabe.

Os meios de comunicação de massas, quando se referem às mulheres destas regiões, falam-nos sempre dos terríveis abusos que sofrem: lapidação e mutilação genital. Mas nada nos dizem sobre a luta que estas mulheres vêm desenvolvendo, há muito tempo, em defesa dos seus direitos. Hoje, no calor da revolução, vemo-la em toda a sua magnitude, enfrentando a repressão, não como uma entidade separada, mas como companheiras de luta dos homens que se rebelam contra os regimes totalitários de Ben Ali, Mubarak, Khadafi e muitos outros.

Foi um grupo de mulheres que começou o protesto contra o regime de Ben Ali, na Tunísia. Estas mulheres, entre as quais se pode mencionar Radhia Nasraoui, presidente da Associação Tunisina de Luta contra a Tortura, tiveram que pagar a sua ousadia com ameaças de morte, perseguições da polícia secreta e, inclusiva, acusações de sodomia, a partir de fotomontagens e vídeos fabricados passados na Internet.

E no Egito as mulheres estiveram nas primeiras filas durante o derrube de Mubarak. Amel Said, uma trabalhadora egípcia, explicou ao jornal *La Vanguardia* de Barcelona que a sua família, incluindo o seu marido, a estimulou a participar. E disse que a sua esperança é que “agora as mulheres tenham voz nos assuntos do

Egito”. As mulheres egípcias estiveram nas ruas desde o primeiro minuto do protesto. As mais velhas providenciavam água aos que sofriam os efeitos do gás lacrimogéneo. As mães, esposas e irmãs seguravam as faixas, levavam os filhos às manifestações ou preparavam alimentos. Lado a lado junto aos homens de sua família ou companheiros de trabalho, conquistaram a Praça da Libertação e ali dormiram, passaram com seus filhos aos ombros e gritaram a suas reivindicações por democracia e liberdade.

Não é casual esta participação das mulheres trabalhadoras e pobres. Elas, assim como as suas irmãs do Ocidente, sofrem as consequências das políticas capitalistas. “Eu pago 600 libras (80 euros) por mês de renda e ganho 300”, contava Umm Yasir, uma empregada do estado de 33 anos. E acrescentava que o seu marido, também trabalhador do estado, ganhava o mesmo e com isso tinham que viver eles e os seus três filhos. Por isso, dizia outra activista, “vemos muitas mulheres, muçulmanas ou não, com véu ou seu véu, unindo-se e colocando-se à frente do que se passa nas ruas. Esta é a verdadeira igualdade e nunca mais retrocederemos ao ponto de partida”.

“Só me sinto segura quando estou em Tahrir (Praça da Libertação)”, diziam muitas mulheres; “nestes dias de revolução ninguém nos tocou, nem perseguiu, sentimo-nos mais fortes”. Este é um resultado da revolução

importante de destacar, já que não tem nada a ver com a realidade quotidiana dessas mulheres. No Egito, segundo um estudo do Centro Egípcio para os Direitos das Mulheres, 83% das mulheres nativas e 98% das estrangeiras são assediadas sexualmente, e há um caso de abuso ou violação a cada 30 minutos, totalizando 20 mil vítimas ao ano.

Estas mulheres que vêm suportando séculos de opressão estão a dar um grande exemplo. Mas não são as únicas que estão na luta. Mulheres trabalhadoras e jovens estudantes de França, Grécia, Espanha, Itália, Portugal, Inglaterra, etc. participam activamente das lutas de resistência que sacodem o velho continente. Vemo-las lutando por emprego, salário, condições de trabalho e defesa dos direitos humanos nos países latino-americanos, Cuba incluída. E são protagonistas também do despertar do proletariado norte-americano, como se vê nas mobilizações do Wisconsin.

### A mulher e a crise capitalista

A crise que tem o seu epicentro na Europa e nos EUA, golpeia especialmente os sectores mais frágeis do proletariado, as mulheres e os imigrantes.

Os cortes na saúde e educação fazem com que suba o desemprego das mulheres, que, além disso, sofrem com a destruição dos serviços destinados à maternidade. Uma situação parecida dá-se nos EUA, onde a mulher ocupa a maioria dos postos de trabalho na

educação e onde a Secretaria de Educação, em 2010, estimava que os cortes do orçamento punham em perigo cerca de 300 mil postos de trabalho nas escolas públicas. A gravidade dessa medida fica clara quando sabemos que cerca de 1/3 das mulheres trabalhadoras norte-americanas são chefes de família.

Esta realidade torna-se ainda mais aguda quando se trata da mulher imigrante. Ela é discriminada como trabalhadora, como mulher e como imigrante. As leis de imigração tornam a vida dos imigrantes, homens e mulheres, num verdadeiro inferno. A denominada “Directiva da Vergonha”, aprovada pela Comissão Europeia em Junho de 2008, permite prender o imigrante sem papéis durante 18 meses.

Uma denúncia dos Médicos Sem Fronteiras comprovou a violência sexual sofrida pelas mulheres subsarianas detidas em Marrocos quando tentavam chegar à Europa. Entre Janeiro e Maio de 2010, uma em cada três mulheres atendidas pelos Médicos Sem Fronteiras, em Rabat e Casablanca, disse ter sofrido um ou vários ataques sexuais, já fora do seu país de origem. O documento de denúncia conclui dizendo que “o uso da violência sexual converte-se, assim, numa das práticas violentas mais comuns contra a mulher no marco do fenómeno migratório”.

### O aumento da violência contra a mulher

A crise económica, o desemprego e a falta de perspectivas aumentam a violência contra a mulher. O estudo “A crise invisível?” identifica o aumento do número de vítimas de violência doméstica na Bulgária, Estónia, Irlanda, Holanda, Escócia, Roménia e Eslováquia; a intensificação do tráfico de mulheres na Alemanha, Hungria e Reino Unido; e o aumento da prostituição e de ataques a prostitutas na Alemanha e Reino Unido.

Em Portugal, em 2010, morreram 43 mulheres vítimas de violência doméstica. Em França, uma mulher é assassinada a cada três dias em casos de violência doméstica. Em Itália, estima-se que 6,7% das mulheres sofrem violência física e sexual ao longo da sua vida. Esses números são ainda maiores nos países latino-americanos. No Brasil, a cada 15 segundos uma mulher é vítima de violência e existe uma taxa de 3,9 mulheres assassinadas por cada 100 mil habitantes. Em El Salvador, essa taxa sobre para

12,7%. Essa violência aumenta quando se trata de mulheres lésbicas e mulheres indígenas, que sofrem abusos e ataques sexuais por parte de militares, contrabandistas e traficantes.

A maior violência, porém, é exercida pelos estados latino-americanos, que, ao continuar a negarem-se a legalizar o aborto, condena à morte ou à mutilação uma grande quantidade de jovens mulheres trabalhadoras e pobres.

### Porque lutam as mulheres?

Milhões de mulheres morrem a cada dia vítima de violência doméstica, de abortos clandestinos, de violações, de fome e miséria. Milhões de trabalhadoras sofrem discriminação laboral, recebem salário menor por igual trabalho, sofrem assédio sexual, são despedidas sem piedade quando ficam grávidas. Milhões de mulheres tornam-se párias porque não têm estudo, nem trabalho, muitas sequer têm documentos.

É contra essa realidade que lutam as mulheres. Por isso participam na revolução árabe, na resistência europeia, nas diferentes lutas dos trabalhadores e pobres da América Latina.

### A saída é o socialismo

A Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI) solidariza-se com as mulheres árabes e todas as trabalhadoras que enfrentam as políticas capitalistas e lutam pelos seus direitos democráticos, como a legalização do aborto.

Essas lutas são muito importantes e extremamente necessárias. Mas não são suficientes. Para conseguir a verdadeira libertação da mulher é necessário acabar com esta sociedade em que poucos vivem da exploração da grande maioria. Devemos substituir esta sociedade injusta por uma igualitária e solidária, a sociedade socialista, que só poderemos começar a construir a partir do momento em que os trabalhadores, homens e mulheres, tomem o poder político em todos os países do mundo e derrotarem definitivamente o imperialismo.

A LIT-QI chama todas as trabalhadoras, as jovens estudantes, as mulheres pobres da cidade e do campo, a somarem-se à luta por essa nova sociedade e pela tarefa de construir a direcção revolucionária mundial que nos permita conseguir este objectivo.

Secretaria Internacional da Mulher da Liga Internacional dos Trabalhadores-Quarta Internacional (LIT-QI)

# Crise agrava exploração e opressão da mulher

As razões que levaram as mulheres às ruas no início do século XX mantêm-se válidas e de forma ainda mais premente desde que começou a crise em 2008.

Há 101 anos, a revolucionária socialista Clara Zetkin propôs a criação do Dia Internacional da Mulher. Apesar de o capitalismo ter transfigurado o significado do 8 de Março, tornando-o uma data fútil entre tantas outras, a verdade é que este dia surgiu em homenagem às mulheres trabalhadoras que se manifestaram por melhores salários e condições de trabalho. Hoje em dia, as razões que levaram as mulheres à rua no início do século XX mantêm-se válidas e de forma ainda mais premente desde que começou a crise em 2008.

## Maioria dos desempregados

Na maioria dos países da União Europeia o número de homens desempregados tornou-se superior ao de mulheres em 2008 e 2009, reflexo do facto de que os sectores inicialmente mais afectados (construção civil e automóvel) empregam maioritariamente homens. Mas com o passar do tempo e o alastrar da crise a outros sectores, as mulheres acabaram por se tornar rapidamente a maioria dos desempregados a partir de 2010.

Em Portugal a crise já vinha de trás e, talvez por isso, as mulheres em 2008 já fossem a maioria da população desempregada (9,0% das mulheres e 6,6% dos homens estavam desempregados). No fi-



nal de 2009, 10,3% das mulheres e 9,0% dos homens estavam desempregados. Em 2010 esta tendência só se agrava, sendo de 12,1% e 10% respectivamente.

O aumento do desemprego de mulheres começou bem antes de 2008, quando as fábricas têxteis, de calçado e afins, empregadoras de mão-de-obra barata, esmagadamente feminina, começaram a deslocalizar-se para outros países em que a mão-de-obra é ainda mais barata. O estalar da crise em 2008 só veio agravar esta tendência, para além de também ter afectado sectores em que as mulheres são predominantes, como o comércio e os serviços.

## Maternidade agrava risco

Se ser mulher já é factor de risco para ir para o desemprego ser mãe

ainda mais. Um estudo demonstrou que três em cada quatro empresas que vão recrutar trabalhadores não querem contratar mulheres que sejam mães. E os restantes 25% de empresários que tencionam contratá-las são muito claros quanto às razões que os movem: “Oferecem mais experiência e conhecimentos sem exigir salários elevados”.

Em 2010, das 116 queixas registadas pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) algumas eram referentes a despedimentos em período de gravidez. O que não é contabilizado pela CITE são as milhares de mulheres que não vêem o seu contrato, precário, renovado porque ficaram grávidas.

Em 2010, o número de mulheres que morreram vítimas de vio-

lência doméstica aumentou mais de 11,3%, tendo-se contabilizado 43 vítimas. Este aumento vinculase ao agravamento da crise social decorrente do aumento do desemprego e dos cortes nos subsídios sociais.

## Violência aumenta com a crise

Reconhece-o o próprio coordenador da campanha contra a violência doméstica da Assembleia da República, Mendes Bota: “A crise está a fazer com que as pessoas percam a casa, vão para o divórcio ou que acabem por não ter o que comer em casa e isso vai reflectir-se no fenómeno da violência doméstica contra as mulheres (...) A mulher é o elo mais fraco. A mulher é o tubo de escape para as frustrações do desemprego; da falta de bens essenciais em casa e na família e portanto acaba sempre por se reflectir uma maior violência contra as mulheres”.

Não só há um aumento da violência como as dificuldades económicas geradas pela crise impedem muitas mulheres de sair de casa e afastar-se do agressor. Como não há qualquer tipo de apoio social a estas mulheres e as poucas casas-abrigo que existem estão muitas vezes cheias, a maior parte das mulheres é deixada à sua sorte mesmo depois de apresentar queixa. As consequências ficam à vista: das 50 mulheres assassinadas pelo menos nove já tinham apresentado queixa.

## A luta é junto da classe

Ao contrário do que diz Manuela Tavares, da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), no seu recém-lançado livro sobre

feminismo em Portugal, a luta das mulheres não deve passar por movimentos autónomos que reúnam todas as mulheres, burguesas e trabalhadoras, em torno de um programa.

Mesmo a violência doméstica, que atinge todas as mulheres, tem consequências mais penosas para as mulheres trabalhadoras, pois estas muitas vezes não têm dinheiro para se separarem dos agressores. Assim, as nossas reivindicações neste âmbito não passam só por melhores leis ou a efectiva aplicação das leis que já existem, mas também por exigir subsídios que permitam as mulheres sair de casa com os filhos se for necessário, uma rede ampla de casas de abrigo ou o uso generalizado de pulseiras electrónicas pelos agressores.

A crise mostrou que as mulheres, junto a outros sectores oprimidos, como os imigrantes e os negros em vários países, são as principais vítimas da crise do capitalismo. Por isso, a sua luta é contra o capitalismo junto de toda a classe trabalhadora.

Em Portugal, essa luta é pela queda do governo Sócrates (o mesmo que deu uma mãozinha à legalização do aborto, mas destrói o Serviço Nacional de Saúde com os dois braços), por um governo de esquerda que aplique um programa anticapitalista contra a crise que, entre outras medidas, termine com os contratos precários, aumente a rede de creches públicas e torne obrigatória a existência de creches nos locais de trabalho, assim como de lavandarias e cantinas, aumente o subsídio de maternidade e o abono de família.

**Diana Curado**

## Dia 8 de Março, um pouco de história

No início do século XX, as mulheres nos países industrialmente mais avançados começaram a aceder, cada vez em maior número, a trabalhos pagos. Os seus postos de trabalho eram segregados sexistamente, a maioria na indústria têxtil, manufactura e trabalhos domésticos. As suas condições de trabalho eram degradantes, e os salários, miseráveis.

As manifestações reivindicando melhores salários, fim do trabalho infantil e pela redução da jornada eram massivas; no entanto, as conquistas do movimento operário não contemplavam a pretensão das mulheres de receberem um salário igual ao dos homens. Afinal, o seu trabalho e respectivo pagamen-

to eram apenas vistos como complementares do trabalho e salário dos homens.

A par dos grandes movimentos sindicais e políticos surgiram figuras determinantes para uma nova consciência do papel da mulher como trabalhadora e activista, como Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, Clara Lemlich e Emma Goldman, que dedicaram as suas vidas às lutas das mulheres.

## Lutas nos EUA

Nos Estados Unidos, em 1903, as mulheres sindicalistas e representantes das profissões liberais faziam campanhas pelo direito ao voto das mulheres, movimento iniciado em Inglaterra pelas sufragistas.

Em 1908, no último domingo de Fevereiro, as mulheres socialistas nos EUA iniciaram o primeiro Dia da Mulher, quando ocorreram grandes manifestações apelando aos direitos de voto e económicos das mulheres; no ano seguinte cerca de 2000 pessoas acorreram a uma marcha em Manhattan.

Ainda em 1909, cerca de 15 mil trabalhadores do vestuário, a maioria jovens operárias, entraram em greve, causando o encerramento de mais de 500 fábricas. Houve prisões, tentativas de contratar novas trabalhadoras, o que tornou o clima muito tenso.

A direcção da greve ficou com a Associação dos Trabalhadores Hebreus (os imi-

grantes judeus, homens e mulheres, eram os mais organizados) e com o Sindicato Internacional de Trabalhadores na Confecção de Roupas de Senhoras. À medida que as grandes empresas cederam algumas reivindicações, a greve foi-se esvaziando e terminou em 15 de Fevereiro de 1910 depois de 13 semanas de luta.

## É proposto o Dia da Mulher

Nesse mesmo ano, 1910, inspirada pelas acções das trabalhadoras dos EUA e das suas camaradas socialistas, Clara Zetkin, na Conferência Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhaga, formula uma proposta de consagrar um dia dedicado exclusivamente às lutas das mulheres para dar maior visibilidade

à sua situação e reivindicações, embora sem propor uma data específica.

A conferência, que englobava cerca de 100 mulheres de 17 países, incluindo as três primeiras mulheres eleitas para o parlamento Finlandês, aprovaram a sugestão por maioria.

A data de 8 de Março ou 23 de Fevereiro no calendário Juliano, coincide com a data em que trabalhadoras russas do sector da tecelagem, no ano de 1917, entraram em greve e pediram apoio aos metalúrgicos. Segundo o revolucionário russo Leon Trotsky, esta teria sido uma greve espontânea, não organizada, e teria sido o primeiro momento da Revolução de Outubro. Parece-nos esta a melhor explicação para a escolha da data que ainda hoje celebramos. **Lina Pereira**



## Geração à rasca sai à rua

Este movimento tem não só que protestar contra as condições de vida, mas continuar a luta para transformá-la, e para isso tem que denunciar os organizadores da elitização do ensino, da precariedade e do desemprego que hoje em dia é o governo Sócrates/PS.

O termo geração à rasca não poderia definir melhor o protesto do dia 12 deste mês em várias cidades do país, nomeadamente Lisboa, Porto, Braga e Viseu. Realmente, existe hoje em Portugal uma juventude que é qualificada, mas que não se sente realizada, seja por ter que se sujeitar a baixos salários, a trabalhos que nada têm a ver com a sua formação, seja porque não têm um emprego, mas sim um trabalho, fruto da precariedade que se espelha em contratos temporários e trabalhos a recibos verdes; seja também pelo desemprego a que estamos sujeitos – 23% entre os jovens dos 15 aos 24 anos estão desempregados, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística referentes ao 4º trimestre de 2010.

Para quem ainda se encontra a completar a sua formação a realidade não é mais animadora, senão vejamos as políticas do governo para o ensino. Começando pelo processo de Bolonha, que reduziu as licenciaturas para três anos e tornou-as insuficientes para o ingresso no mercado de trabalho, restando aos jovens ingressar em mestrados com propinas de valores exorbitantes. Sem terem como pagá-las, milhares de jovens acabam por desistir do ensino superior ou recorrer

a empréstimos bancários, substituto do estado para a acção social, endividando os jovens e a sua família e enriquecendo a banca.

O Decreto de lei 70/2010 complementa a elitização do ensino, dificultando o acesso às bolsas. Apesar de os estudantes terem obtido uma vitória parcial com a retirada das bolsas deste decreto, a verdade é que, na prática, isso não acontece por enquanto.

Perante esta realidade saudamos a iniciativa dos organizadores do protesto, fenómeno semelhante ao dos movimentos de professores que criaram organismos à margem dos sindicatos, e que neste caso acontece porque a precariedade não faz parte da agenda dos mesmos. Saudamos também a Associação Académica de Coimbra que em Assembleia aprovou a ida ao protesto em Lisboa alugando para isso autocarros.

Mas este movimento tem não só que protestar contra as condições de vida, mas continuar a luta para transformá-la, e para isso tem que denunciar os organizadores da elitização do ensino, da precariedade e do desemprego que hoje em dia é o governo Sócrates/PS, com o apoio da direita (PSD e CDS-PP).

Ivo Silva

## Mulheres e trabalhadoras: uma luta diária

Para homenagear a mulher trabalhadora no seu dia, colhemos o depoimento de duas funcionárias do supermercado El Corte Inglés em Coimbra. A. M., 26 anos, e F. M., 49 anos, falaram-nos da dificuldade em encontrar emprego.

F. M. considera que, para as mulheres, esse fato é ainda mais problemático. Mãe de dois filhos, diz que isso a torna menos interessante aos olhos dos patrões: “Ninguém quer empregar quem tem filho pequeno para cuidar”. Numa empresa em que trabalhou, ao ter o filho, após um período de baixa, despediram-na. Indigna-se com os chefes que não querem trabalhadores que dêem custos.

A rotina torna-se ainda mais árdua quando chegam em casa,

quando, na maior parte das vezes, cumprem a sua segunda jornada de trabalho. Tanto F. M. quanto A.M. dizem que, quando estão em casa, o normal é elas se encarregarem das tarefas domésticas. F.M. diz que raramente chega em casa antes das 22h, mas que, nos dias de folga, é ela quem trata do jantar e outros afazeres. É ainda preciso chamar a atenção do marido para ajudá-la.

No caso de A.M., que divide o apartamento onde vive com outros jovens, garante serem as mulheres a responsabilizarem-se pela organização da casa, reconhecendo que o machismo está também presente entre pessoas da sua idade.

A necessidade de sustento obriga as trabalhadoras a aceitarem

péssimas condições de trabalho: salários mais baixos, turnos piores e experiências de opressão no local de trabalho.

### Discriminação no trabalho

A.M. relata que as tarefas de maior qualidade são reservadas aos homens, enquanto as mulheres ficam com o trabalho mais chato e menos reconhecido. Para piorar tudo, por vezes já foi assediada com piadas por parte de colegas de trabalho. “Alguns acham que sempre que uma mulher começa no emprego é uma carne nova disponível”, lamenta ela. F.M. acrescenta que muitos clientes recusam-se a ser atendidos por mulheres, por acharem que os homens executam melhor o serviço.

### Aumenta exploração

Quando questionadas acerca das medidas de austeridade do governo sobre a classe trabalhadora e, mais acentuadamente, sobre as mulheres, ambas afirmaram que os males já são visíveis, no sentido em que, com o aumento do desemprego, a flexibilização dos contratos e a redução de salários, ninguém vai querer contratar quem tem uma casa para cuidar e muito menos se não tiver muitas habilitações.

F.M., que possui apenas a 4ª classe, conta-nos que já trabalhou em várias redes de supermercados, que no actual ainda não é efectiva e tem sido cada vez mais difícil ter um emprego efectivo. No mesmo sentido, A.M. é um

exemplo de como a precariedade avança também sobre os jovens: licenciada, não encontra emprego na sua área, já passou por diversos trabalhos num curto espaço de tempo e diz “ainda não sei se vou ficar nesse”.

A.M. e F.M. são mulheres e trabalhadoras. A sua luta não é contra todos os homens, mas contra os patrões e os seus governos. Mas muitos trabalhadores ainda não compreendem a necessidade de superarem os seus preconceitos machistas e lutarem ao lado das mulheres contra a opressão e a exploração. Urge superar tais barreiras, unindo-nos numa mesma luta, aquela que o povo árabe nos tem ensinado.

Elisa Alves

# SOS Escola Pública

O Ensino Secundário depara-se actualmente com um conjunto de graves ataques resultantes de uma série de medidas implementadas pelos governos Sócrates, situação que ameaça verdadeiramente a continuidade da Escola Pública em Portugal.

Assistimos, sem dúvida, a um enorme desinvestimento e a inaceitáveis cortes verificados durante os últimos 6 anos. Se já na anterior legislatura

José Sócrates tinha apresentado os alunos do ensino público com uma diminuição das parcelas orçamentais destinadas à educação (o que se traduziu, por exemplo, no degradar das condições das escolas e dos recursos disponibilizados para a compra de materiais variados), essa mesma diminuição é hoje abusiva e escandalosa.

A educação foi enormemente prejudicada nos últimos Orçamentos de Estado aprovados (nomeadamente no de 2011), o que é comprovado pela visível redução do número de auxiliares, o que sem dúvida dificulta a tarefa de alunos e professores, impossibilitando assim o normal e regular funcionamento das escolas.

## Faltam professores

Outro facto que comprova esta afirmação é, por exemplo, a enorme diminuição na contratação de professores por parte das escolas, o que tem como consequência gritante uma situação inaceitável: a sobrelotação das turmas. As turmas de ensino secundário têm frequentemente 30 alunos, o que por vezes se traduz numa inexistência de condições materiais em algumas salas que permitam um mínimo conforto a todos (refiro-me, por exemplo, à falta de mesas e/ou cadeiras).

Mais grave que do que isto é, ainda assim, e de uma forma evidente, a diminuição da qualidade de ensino, uma vez que o tempo do professor para tirar dúvidas individuais ou fazer esclarecimentos se vê bastante reduzido.

A actual ministra da educação, Isabel Alçada, raras vezes se digna a pronunciar-se sobre tais questões e, quando o faz, revela-se incoerente e confusa, demonstrando-nos que a sua verdadeira vocação é, indubitavelmente, a escrita de aventuras infanto-juvenis.

No entanto, é interessante constatar que, apesar de todos estes cortes orçamentais que comprometem a educação pública, a banca portuguesa continua a ser poupada de sacrifícios, pagando um imposto de apenas cerca de 15% sobre os seus lucros (que normalmente não paga na totalidade).

É também interessante constatar que, apesar da notória degradação do ensino público, o Governo Sócrates prossegue com a sua política de apoio às grandes empresas e seus accionistas, protegendo-os destes cortes e concedendo-lhes ainda mais benefícios.

## Aulas de substituição

Para além de todos estes sérios ataques à escola pública em geral e ao ensino secundário em particular, verifica-se ainda uma situação que transita da anterior legislatura de Sócrates, implementada por Maria de Lurdes Rodrigues, e que seria cómica se não fosse triste: as (j)aulas de substituição.

Os alunos, aquando da falta de um professor, e ao invés de lhes ser permitido conviver ao ar livre e sem restrições, são obrigados a permanecer numa sala durante todo o tempo de duração da aula, tendo como principais actividades jogar às cartas ou ouvir música, o que comprova que estas aulas não têm sequer um carácter pedagógico, como esta ministra tanto gostava de referir.

Tudo isto é realmente penoso e lamentável. Contudo, não será razão para desanimar os alunos que diariamente sentem na pele todas as situações aqui expostas. As lutas estudantis de Novembro de 2008, com milhares de estudantes do ensino secundário nas ruas, provam que as suas manifestações e reivindicações são legítimas e têm impacto junto dos governantes.

Não nos podemos deixar intimidar por estas políticas injustas de que somos alvo. Temos, sem dúvida, que lutar. A luta continua, e vai continuar. **Daniel Veloso (estudante do secundário)**



## Retomar a luta e juntar forças contra os PECs no ensino

É preciso lembrar que foram a contestação e as mobilizações docentes, algumas por fora das tradicionais estruturas sindicais, que contribuíram para fazer cair a reorganização curricular na Assembleia da República.

Chumbada na Assembleia da República (AR) a reorganização curricular de Isabel Alçada e Sócrates, a qual teria como consequência a perda, no próximo ano lectivo, de pelo menos 12 mil horários ligados a EVT, Área de Projecto e Estudo Acompanhado, a ministra da Educação deixa cair o verniz e ameaça que de qualquer maneira o objectivo de “poupar 43 milhões” se há-de cumprir.

Esta afirmação tem pelo menos duas vantagens: 1) revela o verdadeiro objectivo da reorganização curricular, que nada tinha de pedagógico e apenas serviria para “poupar 43 milhões”, nomeadamente através do despedimento de professores; 2) revela a verdadeira face da ministra, que de sorridente e dialogante passa rapidamente a ameaçadora.

Queixando-se da oposição parlamentar, que “sistematicamente boicota a contenção das despesas em que o governo está empenhado” (DN, 5/Março), a ministra garante que não vai desistir da reorganização curricular do ensino básico. Podemos estar certos disso. A banca e os patrões não dei-

xarão de continuar a exigir ordem nas contas públicas e o governo PS não deixará de fazer o que sempre tem feito: apoiá-los e subsidiá-los com o dinheiro dos nossos salários e impostos.

## Temos força para travar esta política

Por isso a vitória agora alcançada é fugaz e não pode fazer-nos descurar a vigilância e a luta. É preciso lembrar que foram a contestação e as mobilizações docentes, algumas por fora das tradicionais estruturas sindicais, que contribuíram para unificar o voto das oposições na AR – em particular as mobilizações dos colegas de EVT (plenário com 700 professores em Aveiro a 15 de Janeiro e concentração com mais de 2 mil participantes frente à AR a 8 de Fevereiro), as concentrações de base que recomçaram a surgir (por exemplo o protesto dos professores em Sintra a 4 de Março) e as acções previstas para 12 de Março, quer as organizadas pela FENPROF (concentração no Campo Pequeno), quer as independentes (manifestações dos Precários/Geração à Rasca em diversas cidades do país).

Na verdade, se ainda tivermos em conta o tremendo exemplo que vem dos países árabes, onde estão em marcha revoluções que derrubam ditaduras de muitos anos, não podemos deixar de concluir que temos força para parar este governo e a ditadura dos seus PECs. Não podemos é aceitar ficar no quadro das meras vitórias parlamentares ou dos desmobilizadores acordos e memorandos entre sindicatos e governo.

A única maneira séria de defender a Escola Pública e travar os ataques ministeriais, é continuar a lutar pela estabilidade com direitos de todos os postos de trabalho (inclusive dos colegas que trabalham no ensino privado), e ao mesmo tempo colocarmos no centro das nossas exigências um claro: Fora com Isabel Alçada! Fora com José Sócrates! Fora com os PECs que destroem a escola pública e os trabalhadores do ensino!

Estamos fartos duma política educativa que tudo sacrifica à ditadura do défice e dos mercados. Estamos fartos de governos ao serviço dos banqueiros e poderosos!

**Ana Paula Amaral**

# Congresso do Ruptura/FER propõe unidade da esquerda



Realizou-se o VI Congresso do Ruptura/FER, a mais importante sensibilidade política de oposição à direcção do Bloco de Esquerda.

Nos dias 12 e 13 de Fevereiro realizou-se o VIº Congresso do Ruptura/FER, pelo qual passaram mais de 70 companheiros, entre delegados e convidados, na sua maioria trabalhadores, ainda que a juventude continue a marcar uma forte presença nas forças organizadas nesta sensibilidade política, a mais significativa no Bloco de Esquerda.

Este congresso teve como pano de fundo a crise económi-

ca internacional e a sua última vaga, a crise da dívida pública, que tem vindo a afectar com particular intensidade Portugal, com a iminência da intervenção do FMI no país. O Congresso também ocorreu num momento de ascensão continental e mundial da classe trabalhadora – com especial destaque para os povos tunisino, egípcio e líbio, que protagonizam revoluções que comovem o mundo.

## Alternativa de esquerda

Com o desemprego a bater recordes consecutivos, e perante mais um PEC no horizonte que vai sobrecarregar ainda mais os trabalhadores com os custos da crise, ficou claro para os participantes do congresso que é necessária uma verdadeira alternativa de governo para os trabalhadores. Alternativa esta que ponha fim à alternância PS/PSD e aplique um programa anti-capitalista de resposta à crise, que passe para as costas dos ricos (afinal, os responsáveis máximos da actual crise) os custos das enormes dificuldades actuais.

Esta alternativa de governo só pode ser encabeçada por uma plataforma unitária do Bloco de Esquerda e do PCP e outros sectores de esquerda afectos ou não ao PS ou ainda influenciados e/ou organizados neste partido. Não faz sentido que BE e PCP votem em conjunto cerca de 90% das propostas de lei, no parlamento, e depois se dividam na disputa pelo espaço eleitoral à esquerda do PS. Como também não faz sentido que nem sequer equacionem uma plataforma de governo à esquerda, sendo esta a principal razão pela alternância no poder entre o PS e PSD há mais de 30 anos, com graves prejuízos para o país.

## Programa de unidade

O programa dessa plataforma deve ter como lema fundamental “os ricos que paguem a crise”, pelo que nele deve constar a suspensão do pagamento da dívida pública, a nacionalização da banca (para travar novos BPNs), dos sectores energéticos (para pôr fim aos constantes aumentos do preço da gasolina), de todos os transportes colectivos (para reduzir os custos dos passes para os trabalhadores e suas famílias) ou de sectores estratégicos da grande indústria.

É preciso pôr fim à precariedade laboral, aos recibos verdes e garantir um aumento de salários justo bem como a diminuição da jornada semanal para 35h (para reduzir o desemprego que já vai em 700.000 pessoas); é preciso garantir o aumento do salário mínimo e dos subsídios sociais, a criação de emprego através de obras públicas (úteis) e a revitalização da indústria, entre muitas outras medidas que permitam um crescimento económico em Portugal, única forma de sair da actual recessão permanente.

## Novas direcções sindicais

Mas a resposta à crise não passa só pela unidade dos partidos de esquerda mas também por uma maior mobilização dos trabajado-

res que sustente na rua essa unidade de esquerda. Para tal é urgente construir direcções sindicais mais combativas e democráticas onde a base tenha a palavra final. Não é admissível que no mês de Janeiro, o mês em que mais ataques foram desferidos aos trabalhadores (cortes salariais, aumento do IVA, cortes nos subsídios sociais) tenha havido a já tradicional trégua eleitoral (por ocasião das eleições presidenciais) e não tenha sido marcada uma manifestação nacional e greves de todos os sectores atingidos, em especial o dos serviços públicos.

Os tempos que se aproximam, em que se avizinham ainda mais ataques aos trabalhadores, vão obrigar a clarificações políticas: quem está do lado dos trabalhadores na luta pela queda deste governo e das suas políticas ou quem apoia o governo e sustenta a continuidade do seu programa, seja na rua, pela não convocação de mobilizações mais fortes, seja no parlamento, recorrendo à abstenção em momentos-chave.

O VIº Congresso do Ruptura/FER confirmou que esta corrente política da esquerda está em condições de reforçar um pólo à esquerda em Portugal. Já na próxima VII Convenção do BE (14 de Maio) será dada uma batalha nesse sentido.

**Diana Curado**

## Convocação de protesto causa nervosismo ao governo de Angola



Ainda não foi desta vez, mas a juventude “à rasca” angolana já sabe que pode fazer tremer José Eduardo dos Santos e a sua clique dentro e fora do país.

No passado dia 7 de Março, dezassete pessoas reuniram-se na Praça 1º de Maio em Luanda, em resposta a uma convocação, anónima, intitulada “Nova revolução do povo angolano”, feita à imagem das revoluções que têm convulsionado o Norte de África. Pouco depois de terem chegado à praça os manifestantes e três jornalistas foram abordados pela polícia e acabaram por ser presos, cumprindo-se assim as ameaças

do secretário-geral do MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola), que garantiu que seriam tomadas “medidas sérias” contra quem se manifestasse.

O nervosismo do MPLA foi notório não só pelas ameaças feitas aos futuros manifestantes, mas também pela convocação, para dia 5 de Março, de uma contra-manifestação de apoio ao MPLA para a qual foram mobilizados alguns milhares de

pessoas, com obrigatoriedade de presença para todos os funcionários públicos e alunos de escola primária e secundária.

Os governantes angolanos têm razão para estar nervosos, até porque sobram motivos de comparação entre o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, e os ditadores do Norte de África: apesar de nunca ter sido eleito está à frente do regime angolano desde 1979, é grande amigo dos governos imperialistas e, apesar de Angola ser um país paupérrimo, Dos Santos é um dos homens mais ricos do mundo.

## Desigualdade

Angola é o segundo maior produtor de petróleo de África, tendo também muitas riquezas naturais, como diamante, minério e metais preciosos. É uma das promessas da economia capitalista mundial por causa do seu crescimento económico de cerca de 15% entre 2004 e 2008, só abalado pela crise económica mundial, em 2010, quando registou

5,9%. É a menina dos olhos de ouro da burguesia portuguesa, que ainda domina as importações e explora até ao tutano as riquezas da antiga colónia.

Para a maioria da população, no entanto, o cenário é dos piores, com 40,5% da população a viver abaixo do limiar de pobreza e a mortalidade infantil a rondar os 22%; a idade média da população é de 18 anos, enquanto a esperança média de vida não ultrapassa os 38 anos, sendo a prevalência de doenças como a SIDA ou a tuberculose considerada das maiores do mundo.

Apesar de toda a sua riqueza natural, a agricultura de subsistência continua a ser a principal fonte de alimentos da maioria da população. A este quadro pode-se acrescentar que 67% da população é analfabeta.

## A ditadura do MPLA

Os relatórios da Human Rights Watch não poupam duras críticas ao regime de Dos Santos, acusando o MPLA de tortura, de limitar a liberdade de

manifestação e expressão, monopolização da imprensa, pressões à imprensa independente.

As últimas eleições, em 2008, forneceram um quadro fidedigno do regime angolano. O direito ao tempo de antena na rádio e televisão igual para todos os partidos foi respeitado, mas a igualdade terminou aí. Durante a campanha os meios de comunicação social do Estado (os únicos que chegam a toda Angola e aos angolanos mais pobres) foram inundados por artigos elogiosos para o MPLA e críticas e difamações aos partidos da oposição sem que estes tivessem direito de resposta. Todos os partidos que foram a eleições receberam o fundo estatal mas os da oposição só o receberam depois de a campanha começar.

Mas para os observadores da União Europeia estas e muitas outras irregularidades foram pormenores que não influenciaram o resultado eleitoral, e o MPLA foi o “justo” vencedor das eleições com 80% dos votos.

**Diana Curado**

# A luta é mesmo uma alegria, pá!

“...O proletariado toma precisamente o poder para acabar em definitivo com a cultura de elite e abrir dessa forma o caminho para a verdadeira cultura humana.” Victor Serge em *Revolução e Cultura Proletária*.

Para a geração de 70 ainda é clara a lembrança dos serões passados em família em frente à TV, todos sintonizados a ver o Festival da Canção, amplamente promovido pelo regime. Fazia parte do que nos habituámos a chamar diversão, era uma longa noite de espectáculo televisivo no qual as votações, oriundas de júris de todo o país, empolgavam os espectadores e que, apesar dos emblemáticos Fernando Tordo e Paulo de Carvalho, pouca alegria nos trazia para além daquela noite diferente até sermos ignorados na Eurovisão.

Após o 25 de Abril, no rescaldo da Revolução, o festival ainda nos deu a vitória da Madrugada de Duarte Mendes e contou ainda com a participação de José Mário Branco, claro que a Eurovisão continuou a ignorar-nos.

Depois a sociedade portuguesa evoluiu, os horizontes alargaram-se, deixou de haver aquela empatia com o festival da canção, era mais um programa a que se assistia mais por hábito do que por manifesto interesse.

Existiam outros géneros musicais, outras diversões e outras gerações e outra liberdade para escolher. Em relação ao festival, que entretanto ia mudando de formato, caímos numa longa apatia, os media encarregavam-se de anunciar o vencedor nacional e depois claro está, o falhanço na apresentação internacional.

Uma das modalidades escolhidas para manter o interesse neste evento foi, naturalmente, apelar

para o voto do público, que passou a ter uma palavra a dizer e que agora aproveitou o seu direito a voto e disse, num voto irónico, que queria os Homens da Luta com a canção A Luta é Alegria.

Não se pode ser revolucionário a sério se ficarmos indiferentes a esta canção-comédia que nos faz rir, de nós próprios e dos outros, nessa gargalhada extra que é antevermos a sessão de gala em Dusseldorf - talvez seja a primeira vez que não nos poderão ignorar na Eurovisão.

A sátira caiu em cheio no descontentamento geral, teve a força de contrariar a letargia, provocou uma reacção que, claramente, se converte em crítica ao poder vigente, assim se explica a surpresa negativa do júri oficial.

Por uma vez deixaram ir a concurso uma canção que, não sendo declaradamente música de intervenção, acabou por ser bastante interveniente ao revelar-se uma chamada de atenção para aquilo que o poder mais teme, precisamente, a Luta dos trabalhadores. Nisso reside a grande ironia desta escolha.

“De noite ou dia a luta é alegria e o povo avança é na rua a gritar”, este bem pode ser o hino para toda a geração que já se reconhece como estando à rasca com esta sociedade baseada na rapina dos seus direitos inalienáveis para uma vida plena.

Toda a nossa força na rua a gritar e, certamente, com muita alegria.

**Lina Pereira**

## CIÊNCIA ■



# A vida chegou de fora?

Estudos paleontológicos indicam que a vida teve início muito cedo na história do planeta, o que sugere que a vida aconteceu mais facilmente do que se imaginava. Isso apoia o modelo exógeno, pois é pouco provável que a evolução pré-biológica tenha ocorrido muito rápido no nosso planeta.

Uma das características que sempre marcou a humanidade é a curiosidade, o desejo do ser humano de conhecer o desconhecido. As origens principalmente. As origens do Universo e do Sistema Solar, em que figuram as teorias do Big Bang e a hipótese da nebulosa, a origem da Terra, em que se fala na génese dos continentes, do oceano e da atmosfera.

Quanto à origem da vida, desde sempre se tentou compreender os mecanismos que permitiram o seu aparecimento na Terra, as reacções químicas que terão ocorrido de forma a produzirem-se moléculas como os ácidos nucleicos e as proteínas que compõem as células e permitem a reprodução.

É celebre a experiência de Stanley Miller, realizada em 1953, em que utilizando uma atmosfera redutora e um suplemento energético foram produzidos aminoácidos – os blocos que constituem as proteínas. No entanto, esta hipótese de que a vida se originou na Terra, o modelo endógeno, de Oparin e Haldane, é seriamente discutível.

### Panspermia

Embora seja muito mais fácil admitir simplesmente que a Terra é o berço da vida, pois até ao momento as únicas formas de vida que conhecemos se encontram no nosso planeta, devido a novos dados, houve uma reformulação de teorias e surgiram os modelos exógenos de vida, ou seja, a vida poderá ter vindo de fora da Terra.

A panspermia é a hipótese de que a vida existe espalhada pelo universo. Não procura abordar o facto de como a vida começou, apenas o método que pode causar a

sua manutenção. Em 1903, Svante Arrhenius propôs a sua hipótese para a panspermia (a panspermia remonta a Anaxágoras na Antiga Grécia), em que discute a subsistência de vida no espaço interestelar, na forma de esporos que se poderiam disseminar por diferentes sistemas planetários, impulsionados por uma pressão de radiação produzida pelas estrelas. Esta teoria foi muito criticada, pois advogou-se que a radiação ultravioleta muito intensa destruiria qualquer organismo.

Já foram, no entanto, detectados em nuvens interestelares, cometas e meteoritos compostos químicos pré-bióticos, isto é, moléculas orgânicas de alguma complexidade. Inclusive, em 2008, cientistas encontraram o aminoácido isovalina dentro de um meteorito na Austrália.

### Diversidade biológica

A astrobiologia, ciência interdisciplinar que estuda a origem, evolução, distribuição e futuro da vida no Universo, tem dado um grande contributo para o consolidar da teoria exógena de vida. Sabe-se que as poeiras são basicamente substâncias inorgânicas e, por isso, locais privilegiados de nucleação para as moléculas orgânicas reagirem entre si e ganharem complexidade, formarem mesmo organismos primitivos que poderiam posteriormente ser transportados para a Terra por meteoros e cometas.

A reforçar esta possível teoria está a resistência extraordinária dos extremófilos, o que faz com que estes tenham uma grande importância de estudo para a astrobiologia. Os extremófilos vão contra a nossa ideia tradicional de vida

talvez devido a limitações impostas pela nossa própria filogenia. São organismos que proliferam em ambientes extremos, ou seja, ambientes que apresentam diversidade biológica restrita visto que a maioria dos organismos é excluída devido, por exemplo, a extremos de temperatura, salinidade ou valores de pH (extremos geoquímicos). Provam, assim, que há organismos capazes de sobreviver fora da Terra, noutros planetas, cometas, nebulosas, etc.

### Um problema em aberto

Mais, estudos paleontológicos indicam-nos que a vida teve início muito cedo na história do planeta, o que sugere que a vida aconteceu mais rapidamente, e mais facilmente, do que se imaginava. Isso apoia o modelo exógeno, pois a alternativa é que a evolução pré-biológica ocorreu muito rápido no nosso planeta, o que é pouco provável, pois sabe-se que as bactérias em geral são organismos tremendamente complexos, não mais “células simples”.

Em suma, a questão da origem da vida é, neste momento, um problema em aberto e em que o modelo exógeno tem ganho primazia sobre o modelo endógeno. É, portanto, bastante plausível que a vida tenha vindo de fora e se tenha desenvolvido na Terra, ao encontrar condições favoráveis para tal. Obviamente, com todas as interrogações e questões que esta conclusão possa acarretar para nós, seres humanos e habitantes do planeta Terra. A maior delas? Uma vez mais, é-nos tirada a importância que sempre achámos ter...

**Diogo Lourenço**



# Algumas lições da “Primavera Árabe”



## Todos com a Revolução Líbia!

No contexto da Revolução árabe, com as insurreições tunisinas e egípcias vistas pelo mundo inteiro, com as respectivas quedas dos seus ditadores, iniciou-se no dia 16 de Fevereiro a revolução líbia, com centenas a manifestarem-se e a enfrentarem a polícia nas cidades de Benghazi e Zentan. O rastilho foi a prisão de um advogado em Trípoli, mas foi o contexto nacional - uma ditadura sangrenta com várias décadas de opressão, fome e miséria - e internacional que criou as condições para a revolta.

Khadafi é amigo íntimo do imperialismo, bastando lembrar as notícias do insuspeito *El País* acerca dos 40.000 milhões de euros de negócios do regime líbio com o italiano, ou até a famosa tenda que montou em Belém, para recepção com pompa e circunstância de Sócrates e Luís Amado, que não deixaram os créditos de mordomo de Durão Barroso ficarem por mãos alheias. A Líbia é uma fonte de petróleo e gás natural fundamental para a União Europeia e Estados Unidos, e Khadafi não vai cair facilmente. Assim, iniciou rapidamente uma contra ofensiva reaccionária com a morte de revoltosos, inclusive desarmados, ninguém sabendo ao certo quantos.

Com o avançar da revolução, incendiada pelos massacres do governo, Benghazi é conquistada, ficando toda a zona Este do país praticamente fora do controlo do regime. No entanto, Khadafi e as for-

ças reaccionárias reorganizaram-se a partir de Trípoli e fizeram uma sucessão de massacres sangüinários à população. Clamando que é amado, que as forças rebeldes estão drogadas e que não abandonará o país, Khadafi tem tentado por todos os meios - sobretudo os mais violentos - não deixar avançar a revolução. Em Zawiyah, cidade controlada pela população, as forças de Khadafi fizeram, segundo os relatos do *NY Times*, um massacre impressionante, disparando e matando sem tomar a cidade, pondo a nu a crueldade do regime.

Neste contexto, a revolução líbia vive neste momento um impasse, não conseguindo avançar tão rapidamente como a tunisina e a egípcia no derrube do seu ditador. E apesar do exército líbio estar dividido, o que torna o regime burguês particularmente vulnerável, já que perde a sua principal arma, há um desequilíbrio de forças militares ainda desfavorável à população. Em Zawiyah, a população dispunha apenas de dois velhos tanques e alguns carros armados, segundo o *Guardian*.

### A acção do imperialismo

Entretanto, o imperialismo arregaça as mangas, cinicamente. Após anos e anos de promiscuidade nojenta com Khadafi, os líderes europeus, tal como com Mubarak, clamam agora por “transições democráticas”, “pela paz” e outras mentiras. O que temem, verdadei-

ramente, é que a revolução líbia triunfe e que o povo conquiste o poder. São os factos que o mostram: se há tanta indignação contra Khadafi, porque é que os Estados Unidos e a União Europeia não armam o povo contra o mesmo?

A resposta será qualitativa e quantitativamente diferente: o exército americano já se posicionou, colocando barcos na costa líbia e nas altas instâncias já se negocia uma intervenção da ONU ou da NATO. O que o imperialismo mais teme é perder uma fonte de riqueza para as mãos do povo. Como tal, usará a desculpa dos direitos humanos e dos massacres de Khadafi para cair como abutre sobre a Líbia, como caiu sobre o Iraque. As intenções do imperialismo não justificam a vergonhosa atitude de Chávez, Ortega e Fidel Castro de apoiar o ditador.

Apesar de todas as dificuldades, de toda a ofensiva contra-revolucionária, o valente povo líbio tem-se organizado. Conquistou, em alguns dias, grande parte do país e enfrenta sem quartel todos ataques de que tem sido alvo. Mostra ao mundo, todos os dias, através dos seus comités populares, como a classe trabalhadora - a que realmente produz - não necessita da burguesia para viver. Declaramos-lhe o nosso incondicional apoio.

Pelo triunfo da Revolução Líbia! Abaixo Khadafi!

Imperialismo fora da Líbia!

Manuel Neves

Os acontecimentos que nos últimos meses têm enchido as nossas televisões com milhões nas ruas pondo regimes com décadas de existência em xeque e em fuga. Por muito que aconteçam numa paisagem geográfica, cultural e política que não é a nossa, não conseguem deixar de despertar nas nossas cabeças pontos em comum entre a situação em que nos encontramos e sobre formas possíveis de a mudar. Olhando então para o que os actuais processos no mundo árabe partilham entre si, tiremos pois algumas lições no capítulo da luta democrática e de classes.

Em primeiro lugar, e ainda que partindo de circunstâncias nacionais específicas, em todas estas revoltas foi determinante a existência de um sujeito social movido por uma semelhante situação de vida e semelhante vontade de mudança - a juventude trabalhadora, pobre e das classes médias. Do Yemen à Tunísia, do Barhain ao Egipto, o desemprego, a miséria e a falta de perspectivas impostas pelo capitalismo foram a ignição e grande parte do combustível destes processos.

Neste marco e como consequência, aquilo que superficialmente podem parecer mobilizações “apenas” por direitos democráticos, foram e são-no também por melhores condições de vida para os trabalhadores e a juventude destes países, contra a exploração capitalista. Daí que a luta não pare com a queda dos ditadores.

Depois, e na mesma ordem de ideias, as Forças Armadas mostram que, apesar de serem o principal sustentáculo do poder burguês, podem ser contagiadas pela revolução e acabar por reflectir as divisões de classe em seu interior.

Pudemos na Tunísia e no Egipto assistir a soldados e oficiais baixos a confraternizar com os manifestantes, mostrando assim pouca ou nenhuma vontade de os reprimir. As chefias, por outro lado, intimamente ligadas aos regimes, mantiveram com as estruturas ditatoriais diálogos próximos até terem, numa fase final e obrigadas pela força do povo, recebido o poder directamente das mãos dos ditadores depostos.

Se foi este o desfecho nestes dois países, em que as cúpulas temiam a crise que podiam abrir se ordenassem a repressão do movimento, o mesmo já não se passou na Líbia, em que após as ordens do coronel Khadafi de massacrar manifestantes, se deram deserções em massa de muitos militares que agora apontam as suas armas contra o poder.

Outro actor importante, o imperialismo, através das potências eu-

ropeias e dos EUA, mostrou a sua verdadeira cara. Qualquer um destes regimes, desde Mubarak, no Egipto, a Ben Ali, na Tunísia, passando por Abdullah Saleh, no Yemen, ou Khadafi, na Líbia, são/foram activamente sustentados pelo imperialismo porque em troca sustentam/sustentavam os seus interesses na região. Fossem estes interesses os capitais estrangeiros que dominam as respectivas economias, fossem as multinacionais no terreno, fossem a cobertura às ofensivas da NATO e de Israel.

Se o Egipto de Mubarak recebia 1,5 mil milhões de dólares por ano dos EUA, a Tunísia de Ben Ali, quando estalam os protestos, recebeu uma generosa proposta da França, de envio de polícias da Sarkolândia para ajudar na repressão. Quando a situação parece estar a fugir definitivamente ao controlo dos regimes, então aí choram-se umas lágrimas de crocodilo pelo povo oprimido e tira-se o tapete ao ditador, esperando-se que se negocie uma transição para um poder que continue a obedecer aos seus interesses.

Exemplo é o ministro Luís Amado, que inicialmente se lamentava pela possível perda de garantias de estabilidade na região, dizendo agora que o regime de Khadafi está ultrapassado, enquanto Portugal preside à comissão da ONU que impõe sanções à Líbia.

Por fim, e por muito que haja quem queira minimizar o que está acontecer e lhes queira chamar outra coisa, estamos sem dúvida perante uma série de revoluções. Toda a mudança que se tem produzido recentemente no mundo árabe tem-no sido devido à luta de massas, com os trabalhadores e a população pobre a organizar-se e inclusive a criar os seus próprios organismos de poder.

As revoltas não têm sido satisfeitas com concessões e reformas por parte do poder. E mesmo no Egipto e na Tunísia, em que os ditadores foram derrubados, as massas não desmobilizaram e deram continuidade com fortes greves e outros protestos para que a mudança vá mais longe. Na Tunísia pós-Ben Ali por exemplo, já conseguiram afastar todos os membros do antigo regime do governo e eliminar a polícia secreta.

Revolução sim, em curso e em 2011. Pelos ensinamentos e inspiração que ganhamos nós assim como os trabalhadores e oprimidos do resto do mundo, o nosso muito obrigado aos povos árabes.

André Traça